

Tempo, memória e fotografia¹

Gabrielle Moreira²

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ

Resumo

A relação entre fotografia e memória é tema antigo que se reveste com roupa nova com a ampla difusão da tecnologia digital e com a dilatação do campo da memória. Compreender essa relação na sociedade contemporânea requer entender as implicações da tecnologia digital sobre a temporalidade e a memória que tem marcado as práticas contemporâneas de gravação e arquivamento de nossas próprias vidas. A fotografia é uma dessas práticas, que está cada vez mais difundida e associada à memória, sobretudo pela portabilidade cada vez maior de câmeras fotográficas digitais e a convergência de aparelhos que acoplam a câmera como mais um dispositivo atrativo. A passagem para o digital marca a mudança no uso e função da fotografia, sobretudo quando associada ao compartilhamento em rede como ferramenta na formação da identidade dos indivíduos e de sua comunicabilidade.

Palavras-chave: Fotografia digital; Memória; Tempo.

Introdução

De várias formas somos imbuídos a gravar e arquivar documentos, que são constantemente submetidos a novas seleções e usos na construção de nossa identidade. Dentre os documentos selecionados existem aqueles necessários à organização burocrática estatal, e outros ligados a nossa subjetividade, objetos que gostamos de colecionar como cartas, fotos, livros, poesia. Coisas, artefatos que possuem um pouco de nossa história, afetos, gostos, coisas que guardamos esperando o momento de acioná-los numa eterna busca de sentido.

Durante muito tempo essas coleções de documentos do homem comum, que não estavam relacionadas diretamente aos grandes acontecimentos da sociedade, apenas faziam parte da tessitura do cotidiano da vida, pertenciam ao domínio da família e dificilmente geravam interesse em centros especializados em salvaguardar a memória. Se ainda hoje nos centros de memória prevalece o interesse por pessoas que de uma forma ou de outra fazem parte da

¹ Trabalho apresentado no GP Fotografia do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC Rio, email: gabicmoreira@gmail.com

vida política, econômica, cultural e social do país, cada vez mais percebemos que as chamadas novas mídias abrem espaço para o homem comum, e, num certo sentido, anônimo.

A pesquisadora argentina Beatriz Sarlo (2007, p. 16) entende esse processo como uma “guinada subjetiva”, resultado do deslocamento do olhar do historiador e dos cientistas sociais para além das estruturas, que “acentuou o interesse pelos sujeitos ‘normais’, quando se reconheceu que não só eles seguiam itinerários sociais traçados, como protagonizavam negociações, transgressões e variantes”. É quando a história da vida privada e do cotidiano, e dos estudos culturais “se propõe a reconstituir a textura da vida e a verdade abrigadas na rememoração da experiência, a revalorização da primeira pessoa como ponto de vista, a dimensão subjetiva” (SARLO, 2007, p. 18). É justamente a dimensão subjetiva que nos permite ver e conhecer como os indivíduos habitam o mundo, o que e como valorizam, rejeitam, negociam. Enfim, como buscam sentido para a existência, como percebem a realidade.

Uma das formas dos indivíduos construírem seus relatos de vida é a partir das imagens. A fotografia enquanto documento de si é uma prática formadora da existência, que nos dá a ver e conhecer o homem. Ainda nos anos 1970, Susan Sontag já apontava que a fotografia havia se tornado tão popular quanto a dança e o sexo, e que a compulsão por fotografias acabava por “transformar a experiência em si num modo de ver. Por fim, ter uma experiência se torna idêntico a tirar dela uma foto, e participar de um evento público tende, cada vez mais, a equivaler a olhar para ele, em forma fotografada... Hoje, tudo existe para terminar numa foto” (SONTAG, 2004, p.34-5). Adicionalmente, a autora questionava a forma de circulação, organização e conservação da fotografia através do livro, até então o principal meio de circulação de imagens. Passadas mais de quatro décadas dessa constatação, o número de imagens cresce vertiginosamente, o que leva alguns pensadores a questionar o sentido das imagens na sociedade. A tecnologia digital e a *web* produzem uma nova forma de produzir e consumir imagens. Vivemos na era da abundância das imagens.

Diversas metáforas são acionadas para classificar o momento atual de grande produção de fotografias: “avalanche”, “dilúvio”, “inundação”. Termos pejorativos carregados de pessimismo, ligados a tragédia e destruição. Não há dúvidas que tal momento requer reflexão e entendimento, pois a banalização das imagens pode levar ao enfraquecimento de sua linguagem, e parece muito pertinente perguntar o que significa fotografar hoje, ou mais precisamente, refletir sobre as transformações no uso e função da fotografia. Possivelmente,

essa profusão de imagens está relacionada a uma forma específica de relacionar tempo e memória, permeada pela visualidade, pelo registro e pela demarcação do tempo presente.

Fotografia e memória

A relação entre fotografia e memória é tema antigo que se reveste com roupa nova com a ampla difusão da tecnologia digital e com a dilatação do campo da memória. Compreender essa relação na sociedade que nos é contemporânea requer entender as implicações da tecnologia digital sobre a temporalidade e a memória que tem marcado as práticas contemporâneas de gravação e arquivamento de nossas próprias vidas. Essas reconfigurações afetam a forma como nos relacionamos com artefatos sociais que são tidos como registros de memória e que fazem parte das práticas de gravar, narrar e arquivar a vida.

A fotografia é uma dessas práticas, que está cada vez mais difundida e associada à memória, sobretudo pela portabilidade cada vez maior de câmeras fotográficas digitais e a convergência de aparelhos que acoplam a câmera como mais um dispositivo atrativo, como no caso da telefonia móvel. Essa convergência tecnológica reforça o papel da fotografia como uma prática contemporânea de gravação. Compartilhamos com Etienne Samain (1998) a noção de que a fotografia é menos um objeto-imagem, um artefato social, e mais uma forma de ver e pensar o mundo. Por isso mesmo, vemos a cada dia várias pessoas fotografando a mesma cena, como se para compreendermos precisássemos da representação técnica mediada pelo ato fotográfico, cuja prática social tornou-se cada vez mais generalizada e acessível a todos.

O que sabemos é que vivemos na era da abundância das imagens. E como disse Sontag (2004), quanto mais se consome imagens, mais se produz e mais se consome. Talvez possamos mesmo dizer que “a hipervisibilidade contemporânea encontra suas raízes no desejo propriamente moderno de apropriar-se do mundo através do olhar” (LISSOVSKY e JAGUARIBE, 2006). Não apenas por representar o mundo, mas por torná-lo visível, inclusive associando o visível ao invisível.

Vivemos em um presente histórico que se distingue da Alta Modernidade, quando as formas de experimentar o tempo voltavam-se para o futuro e tomava o tempo como agente de mudança calcado nas transformações tecnológicas. Hoje podemos dizer que nosso presente experimenta o tempo de forma diferente, o privilégio dado ao futuro, agora se volta para o passado. Nosso “tempo presente” testemunha a anacronia que existe em todo o

tempo histórico. A transmissão de conhecimento, informação, valores, crenças, ou o que quer seja, é uma característica. Não importa qual o suporte - oral, escrito, imagético - o homem coexiste com a idéia de herança. Na transmissão, a herança repassada é ressignificada, refundada, (re)conservada e retransmitida, carregando consigo a interrelação entre tempos. Seleccionamos em um determinado presente o que desejamos levar de um determinado passado para um determinado futuro. Seleções que se reconfiguram numa modalização temporal muito própria de nosso tempo. Essa inclinação temporal ajuda a entender a emergência da memória e das práticas de valorização do passado. Para Huyssen (2000, p. 26), “a cultura da memória preenche uma função importante nas transformações atuais da experiência temporal, no rastro do impacto da nova mídia na percepção e na sensibilidade humanas”. Huyssen é contundente ao afirmar que não podemos discutir qualquer tipo de memória sem considerar a influência das novas tecnologias de mídia na circulação e conformação da memória.

Compartilhar fotografias nas redes sociais é uma dessas práticas de narrar e arquivar a própria vida. É uma das formas que o “arquivamento do eu” e a escrita de si assume em tempos de cultura da memória. O desenvolvimento da *web 2.0* marca a era do acesso livre de criação e participação *on line* com ferramentas digitais através da internet. De acordo com Sá (2008), “a *web* facilita a participação dos utilizadores, recolhendo ensinamentos da participação coletiva, mas no global, reforça o papel do indivíduo enquanto ator social, projetando-o para uma dimensão à escala global, com o seu espaço próprio, implícito no efeito de cauda longa”. Nesse sentido a constituição da *web 2.0* influencia a conformação da memória individual e coletiva, ou seja, da memória social. Compreender a relação entre fotografia e memória hoje, implica em entendermos como a tecnologia digital reconfigura nossas práticas de gravar e arquivar a própria vida.

Colombo (1991, p. 85) nos lembra que “a ligação entre temporalidade e memória sempre foi indicada pela reflexão filosófica como central para a reflexão de ambos os termos”. Para Tarkovski (2002), tempo e memória são os dois lados da mesma medalha, sem o tempo, a memória não poderia existir, pois o tempo é a condição de existência do “eu” e a memória é o elo que liga o homem ao mundo exterior. O homem é, então, um “sujeito de memória” (COLOMBO, 1991), que precisa se reconhecer no tempo. Riobaldo, personagem-narrador do romance de Guimarães Rosa, deixa isso claro quando questiona se o que está contando é falso, se seu interlocutor percebe a “falsidade”, pois o passado não é fixo, faz “balance”, e, sobretudo, não segue uma linearidade no tempo. O que foi exato num determinado

momento, depois pode deixar de ser, ou ainda “teria sido” diferente. Pois a memória entrecruza “tantos tempos” e “tantas coisas”. Essa passagem de Grande Sertão Veredas, ressalta como os trabalhos de memória estão menos relacionados a um tempo físico cronológico, medido por relógios e cronologias, do que a uma forma de sentir o tempo, de experimentá-lo, num determinado tempo histórico próprio.

Compreender o tempo presente é crucial para se entender a maneira como a sociedade se relaciona com a memória e com a fotografia, enquanto forma de exteriorização da memória, e como essa tríade se apresenta em suas relações intrínsecas. O tempo acionado pela fotografia não é o da medição dos relógios e calendários, medido, linear e progressivo. Trata-se, antes, de um tempo subjetivo, atravessado pelas formas que os sujeitos empregam na sua experimentação. Que cruza memória, passado, presente e imaginários compartilhados.

Tempo e memória

Tempo e memória são os dois lados da mesma medalha, sem o tempo, a memória não poderia existir, pois o tempo é a condição de existência do “eu” e a memória é o elo que liga o homem ao mundo exterior (TARKOVSKI, 2002). O homem é, então, um “sujeito de memória” (COLOMBO, 1991), que precisa se reconhecer no tempo.

Diversos campos disciplinares abordam o tempo, produzindo definições muitas vezes contraditórias, que, em seu conjunto, assinalam a dificuldade de nos apresentarmos um conceito descritivo e definitivo sobre o tempo. Desde Platão e Aristóteles aos dias de hoje existe uma diversidade de “dizeres do tempo”. Na polifonia dos dizeres sobre o tempo, há duas direções de discursos que se opõem, e que internamente se fragmentam em diversas hipóteses. Uma delas é a tendência “objetivista, naturalista, do tempo cosmológico e físico; a outra é a subjetivista, espiritual, do tempo da consciência” (REIS, 1994, p. 15). Na realidade, trabalhar apenas com a possibilidade ou do tempo ser natural e passível de ser medido pela física, ou do tempo ser tido como o tempo da consciência, por isso mesmo imensurável, ou ainda um se impondo sobre o outro, só leva a aporias. Essa dualidade excludente no trato sobre o tempo transmite uma sensação de que o tempo não é passível de ser compreendido. Sensação que parece ser reforçada diante a invisibilidade do tempo. “Como medir uma coisa que não se pode perceber pelos sentidos?”, questiona Nobeit Elias (1998, p. 7). Na perspectiva de Elias, o tempo não existiria em si, não seria nem objetivo, nem subjetivo, mas uma atividade, uma construção social que deveria ser pensado em

termos de processo e função. Defende ainda que o tempo merece ser objeto de pesquisa e estudos, visto que ao examinar os problemas relativos ao tempo, pode-se conhecer melhor os homens, pois

o indivíduo, ao crescer, aprende a interpretar os sinais temporais usados em sua sociedade e a orientar sua conduta em função deles. A imagem mnêmica e a representação do tempo num dado indivíduo dependem, pois, do nível de desenvolvimento das instituições sociais que representam o tempo e difundem seu conhecimento, assim como das experiências que o indivíduo tem delas desde a mais tenra idade. (ELIAS, 1998, p. 15)

O tempo não é natural e evidente, como muitas vezes a presença do relógio insinua. Apesar de haver um tempo único regido pelo sistema planetário e pelas leis da física e da astronomia que tem os mesmos valores para toda a humanidade, o tempo é antes uma construção cultural que cada época determina como a experiência e a expectativa se relacionam. Citando Ricoeur, Reis (1994) escreve que o tempo histórico é um terceiro tempo, que faz a mediação entre o tempo objetivo e o subjetivo. Mas esse tempo histórico não é apenas o tempo do calendário, de datações, o tempo objetivo. É também o tempo de homens, que agem e sofrem suas ações. Nesse sentido, Koselleck (2006) propõe que o tempo histórico é constituído “no processo de distinção entre passado e futuro”. Para o autor, o tempo físico, astronômico não corresponde ao tempo histórico, mas o compõe, pois é nesse tempo que as ações sociais e políticas do homem se desenrolam, pois tanto os homens quanto suas instituições tem forma e ritmos temporais próprios, e por isso não se pode falar em um tempo histórico, mas em vários tempos superpostos. O que importa são as concepções sociais sobre a temporalidade, ou seja, a forma como passado e futuro se remetem. É a partir dessa relação que o homem organiza sua vida e nos indica sua forma de estar no mundo e de suas ações (KOSELLECK, 2006). Essa tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa informa sobre a concepção social do tempo e sua estreita ligação com a questão da finitude humana, o que permite entender ações políticas e sociais na história. A maneira como a experiência e expectativa se relacionam

Na abordagem historiográfica da Modernidade³, o tempo passou a ser protagonista da história, que se converte em uma “história do tempo”, marcada diretamente pela temporalização ou pela aceleração do tempo. A partir desse momento o homem passou a experimentar o tempo como um tempo novo moderno, sempre inédito e com um futuro promissor. Segundo Gumbrecht (1998, p. 15), o tempo passa a ser visto como um agente absoluto de mudança e a inovação passa a ser uma lei compulsória, “se, então, cada

³ Considerada aqui a partir do corte cronológico adotado por Kosseleck (2006), que vai do século XV ao XX.

presente precisa ser experimentado tanto como uma modificação do seu passado quanto sendo potencialmente modificado pelo seu futuro, compreendemos que o tempo histórico gere a possibilidade estrutural de modalização temporal”. O presente pode ser pensado enquanto futuro do passado e como passado do futuro; o futuro como o passado do futuro remoto e como presente do futuro; o passado pode ser o presente do passado e o futuro de um passado remoto (GUMBRECHT, 1998, p. 16).

O presente se converte em um tempo curto, acelerado, onde o passado se torna futuro. Porém, o efeito mais importante da temporalização é a ligação entre o sujeito, que produz a ação, e o tempo histórico. O sujeito passa a imaginar as possibilidades do futuro, que é diferente tanto de seu passado quanto de seu presente, e escolhe um futuro que prefere, “é essa inter-relação entre tempo e ação que cria a impressão de que a humanidade é capaz de fazer sua própria história” (GUMBRECHT, 1998, p. 16). Quando essa “nova” subjetivação começa a se formar, o mundo também passa a ser cada vez mais técnico e industrial, no qual há uma necessidade de sincronização e publicização de diversas medições de um tempo uniforme e linear, o que aumentava a sensação de escassez do tempo (ELIAS, 1998). É nesse contexto que começa a haver uma separação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. O tempo novo só passa a ser novo quando se separa da experiência. O passado deixa de estar ligado ao presente e ao futuro. Na modernidade, o tempo passa a ser agente de mudança, é no futuro que está a vida melhor, o que leva a uma aceleração do presente para se chegar ao futuro. O projeto histórico da modernidade era o de projetar um futuro. Na pesquisa, o marco mais concreto para a passagem da modernidade para a Pós-modernidade é a Segunda Guerra Mundial e sua destruição, que colocou o homem num futuro trágico, incontrolável⁴. O homem aparece pequeno e fraco diante dos progressos técnicos. É nesse momento que o futuro não se apresenta mais como salvação, mas ao contrário, como trágico e destrutivo. Nesse momento, a Modernidade ela problematiza a subjetividade, o tempo histórico e instaura-se uma crise da representação.

Porém, compreender a sociedade como Pós-moderna não significa pensá-la como outra modernidade, que sucedeu a Alta Modernidade (GUMBRECHT, 1998). De um modo próprio e distinto da relação temporal experimentada pela Modernidade, o presente pós-moderno não se acelera rumo a um futuro na busca do progresso. O imperativo da mudança

⁴ Existe uma grande dificuldade nas datações para o período histórico, uma vez que os tempos históricos se sobrepõem, nesse sentido, pode-se apontar que há uma diferença na virada do século XIX para o XX, sobretudo a partir da segunda década (GUMBRECHT, 1998), mas que se torna mais evidente a partir da bomba atômica.

e inovação foi afastado, permitindo que o presente fosse ampliado. O presente é hoje. O futuro passou a ser visto como algo predeterminado negativamente por consequências de um passado. Ao mesmo tempo não há vontade de abandonar, ou mesmo superar o passado. Porém, como falar em desaceleração num mundo onde não se tem paciência para esperar? Parece unânime o desejo de viver coisas ao mesmo tempo, fones de ouvido, internet rápida, celulares conectados, trabalhos urgentes, reportagens ao vivo. Tudo em tempo real.

Para Gumbrecht, o equivalente de um fluxo temporal mais lento e de um presente dilatado, é a transformação do hábito tipicamente moderno de organizar as representações como evoluções e tratar o tempo como agente absoluto de mudança, para o hábito pós-moderno de “tratá-las como variações que estão simultaneamente disponíveis” (1998, p. 23). O tipo de representações ou interpretações, ou ainda de narrativas, que se apresenta não é evolutiva, o que significa dizer que o acontecimento só ganha sentido *a posteriori*, e seu significado não é perene. É como se a vida fosse inaugurada todos os dias. Na Pós-modernidade passa por uma desaceleração que faz com que o tempo deixe de ser um agente de mudança, deixe de ser pensado como linear e progressivo. Passa-se a viver um tempo múltiplo, simultâneo e descontínuo, que acaba com a idéia de sucessão e causalidade, e possibilita que se pense na relação entre antigo e moderno, priorizando as permanências e as mudanças estruturais. Há um diálogo entre tempos que se tocam.

É nesse contexto que a memória passa a ser um tema privilegiado. Para Huyssen (2000), foi a falência na crença no progresso, na revolução e nas suas utopias, que permitiram à memória emergir como uma das principais preocupações políticas e culturais na sociedade contemporânea ocidental. Houve um deslocamento do futuro presente, típico da marcha linear do progresso, para o passado presente. O tempo presente é o tempo da memória, do esquecimento e da rememoração. É o tempo do futuro do passado.

Trabalhos de memória

Diversos autores têm apontado que a sociedade atual vive uma espécie de obsessão pela memória, que vem se desenvolvendo nas últimas duas décadas e se apresenta através das recorrentes modas *retro*, da restauração e revitalização de centros históricos, da enorme produção de documentários, do sucesso de biografias, do retorno de grupos musicais, entre muitos exemplos (COLOMBO, 1991; HUYSSSEN, 2000). Para Huyssen (2000, p. 16), o mundo está musealizado e todos têm seu papel nesse processo. Existe um desejo da recordação total, porém o sentido que se deseja dar à própria vida não é dado a partir do

todo, mas através da narrativa que seleciona certos aspectos relevantes para o que se quer engendrar.

Nesse sentido, a memória se torna uma ação, resultado de um tipo de trabalho que se materializa em usos de narrativas, imagens e sons. A memória na sociedade contemporânea é fortemente marcada pela gravação (COLOMBO, 1991). Os trabalhos de memória se caracterizam por apropriações de materiais gravados empregados de diversas maneiras para construir uma narrativa memorialística e uma forma de relação temporal. Para Nora (1993, p. 8-9), houve uma mudança na concepção do que seria memória marcada por um distanciamento entre o que ele considera “memória verdadeira” – a qual deveria ser espontânea, vivida no interior do grupo, no seio da coletividade, por isso mesmo estaria “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” – e a memória da sociedade contemporânea. Se a ideia de uma “memória verdadeira” pode ser questionada, cabe destacar que concordamos com este autor quando ele argumenta que a sociedade contemporânea possui uma memória arquivista em função de sua vinculação com o imperativo de mudança que coube ao tempo na modernidade. Quando passou a existir um passado que se distingue do presente e futuro, a memória deixou de ser espontânea e viva, e foi substituída pelos “lugares de memória”, que são ao mesmo tempo, físico, funcional e simbólico, imbuídos de uma “vontade de memória” (NORA, 1993). A memória passou a ser materializada e arquivística, a qual “se apóia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem” (NORA, 1993, p. 14).

Segundo Le Goff (2003) a memória é fiel e móvel. Fiel não por reconstituir integralmente o passado, mas por ser uma atualização constante do presente, uma das formas de atender certo chamado do presente e a orientar o futuro. O que fica do passado são resíduos, fragmentos, e sua “analogia com aquilo agora visto, lembrado ou lido jamais pode ser provado” (LOWENTHAL, 1998). O passado não pode ser tomado como o presente experimentado por alguém. Essa impossibilidade de verificação gera insegurança e ansiedade para se confirmar o que está sendo lembrado, por isso, “para nos assegurarmos de que ontem foi tão importante quanto hoje, saturamo-nos de detalhes e fragmentos do passado, ratificando a memória e a história de forma tangível” (LOWENTHAL, 1998, p. 73).

Os trabalhos de memória, ou ainda a ação de destilar o passado como proposta por Lowenthal (1998, p. 104), “permite-nos não apenas seguir, mas elaborar esforços anteriores, não apenas para sobreviver no mundo atual, mas para elaborar nossos momentos e dias com uma justaposição de tempos densamente entrelaçados, que faz a mente mortal parecer imperecível”. Em outras palavras, transforma o passado em identidade e abre a perspectiva futura de projetos, é o que Gilberto Velho (1999, p. 103) vai chamar de “negociação com a realidade”. A memória é, então, constitutiva de nossas identidades, portanto ponto de partida para o que somos e para o que projetamos e formulamos para projetos futuros. A construção da memória passa a ser então um campo de disputa, conflito e polaridades numa busca de produção de sentido, identidade e representação social, a partir dos enquadramentos.

Para Lowenthal (1998, p. 79), “como forma de consciência, a memória é total e intensamente pessoal, mesmo acontecimentos políticos se tornam pessoal”, pois esses acontecimentos passam a ser sentidos por um indivíduo, e passa a ser correlacionado com a história pessoal ou familiar, torna-se um anexo. Por outro lado, se a lembrança permanecer apenas pessoal, estará não só fadada à extinção, logo sem continuidade, mas também à falta de coesão, pela dificuldade em confirmá-las. O compartilhamento de lembranças faz parte do processo de busca de veracidade, confirmação do passado, pertencimento e coesão social. Não é a toa que os grupos dominantes desejam ser “senhores da memória e do esquecimento” em suas sociedades, pois “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p. 426). Ser senhor da memória ao mesmo tempo em que possibilita usar as diversas formas de representação e discurso para legitimar o presente, também permite fixar o presente visando o futuro.

É aqui em sua função pública de garantir a coesão social, que se apresenta um dos nós fundamentais para quem trabalha com memória: a relação entre memória individual e coletiva. Considerar a memória como simultaneamente individual e coletiva se deve ao fato desta abarcar a questão da construção das identidades, a subjetividade, e o papel e lugar das mídias na nossa sociedade, e não apenas das grandes empresas de comunicação, mas sobre qualquer forma de comunicação produzida pelo homem comum.

Os indivíduos passaram a ser vistos como atores sociais, cujas ações no cotidiano têm implicações na organização social, que em longo prazo interferem no funcionamento das instituições sociais. Não podemos deixar de pensar que esses indivíduos, enquanto atores

sociais, participam de várias dimensões da vida social e cultural, e em cada uma dessas dimensões agem ou articulam ações e visões de mundo de forma diferenciada, experimentando contradições, ambiguidades próprias ao mundo.

Na busca em conjugar essa diversidade sociocultural podemos dizer que de várias formas somos imbuídos a arquivar documentos sobre nós mesmos, num eterno arquivamento do eu, que nos auxiliam na escrita de si (ARTIÈRE, 1998). Estamos sempre selecionando fragmentos da vida para preservar e arquivar. São artefatos, objetos, *coisas*, que sejam portadoras de passado e que contenham um pouco de nossa história de vida, que muitas vezes parecem estar em suspensão, aguardando o momento em que serão postos em relação com o passado e com os anseios futuros para um eterno *tornar-se*. Nesse jogo de transmissão e perpetuação, uma das regras, ou objetivo, é a manipulação da nossa própria existência: estamos o tempo todo (re)selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido num determinado *presente*, que também projeta, ou ainda, antecipa o futuro.

Para Dijck (2007, p. 21), essa coleção de artefatos sociais que selecionamos para guardar, os quais assinalam nosso passado, ou seja o arquivamento do eu, se dá pelo que ela chama de “memórias mediadas”, que “são as atividades e os objetos que nós produzimos e adequamos por meio de tecnologias de mídia, para criar e recriar um sentido de passado, presente e futuro de nós mesmos em relação aos outros”⁵. Tais artefatos mediam não apenas nossa forma de se relacionar com o passado, como também as relações entre indivíduo e diversos grupos (igreja, escola, clube, etc.). Nossa memória é mediada porque é feita por artefatos sociais produzidos por tecnologias de mídia (do lápis às tecnologias digitais, como as câmeras). É ao mesmo tempo individual e coletiva, pois a construção da memória individual está embasada a partir das estruturas sociais e das convenções sociais (DIJCK, 2007).

A fotografia é um desses artefatos sociais que possibilita ver como indivíduos elaboram suas representações de passado e memória num dado presente, dentro das convenções que marcam o imaginário social, que “é uma das forças reguladoras da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema” (PESAVENTO, 1995, p. 23), assim como suas representações são portadoras do sonho da coletividade, influenciando a construção do real.

⁵ Tradução livre de “*mediated memories are the activities and objects we produce and appropriate by means of media technologies, for creating and re-creating a sense of past, present and future of ourselves in relation to others*”.

Breve conclusão

Entender a memória como um trabalho realizado a partir de artefatos de gravação e inserido num contexto temporal específico desloca o estereótipo do arquivo inerte e morto, transformando os materiais gravados em agentes dinâmicos do tempo presente. Possivelmente, uma das ações de arquivamento mais recorrentes dos dias de hoje é o ato fotográfico, que se realiza não exclusivamente no momento do “click”, mas também em seu compartilhamento digital. A fotografia digital contemporânea é um artefato que registra e grava momentos do tempo presente, construindo narrativas e processamentos desse tempo. Inseridos em uma época que não aponta mais para o futuro, mas para um presente recheado de múltiplos passados, as imagens fotográficas contribuem para uma forma bastante peculiar de administrar e agir sobre a memória, estabelecendo convenções de momentos fotografáveis que ao mesmo tempo funcionam como marcos temporais, agentes de memória e narrativas do eu.

Fotografar é, em última instância, construir ações de relação entre tempo e memória, produzindo artefatos e arquivos que se tornam agentes de uma narrativa pessoal e coletiva inserida numa lógica memorialística e, simultaneamente, num eterno processamento do tempo. A fotografia é um agente dos trabalhos da memória, nos auxiliando em nosso eterno tornar-se.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 21, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200> Acesso em julho de 2015.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**. Memória social e cultura eletrônica. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

DIJCK, José van. **Mediated memories in the digital age**. Stanford, California: Stanford University Press, 2007.

ELIAS, Nobert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LISSOVSKY, Mauricio e JAGUARIBE, Bestriz. Imaginário fotográfico e imaginário social. **Revista Eco-pós**, v.9, Rio de Janeiro, agosto-dezembro de 2006.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. São Paulo, PUC SP, nº 17, 1998. Disponível em <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria17.pdf> Acesso em julho de 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, PUC SP, nº 10, dez. 1993. Disponível em <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> Acesso em julho de 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatehy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. Representações. **Revista Brasileira de historia**. São Paulo: ANPUH/Contexto, v. 5 n. 29, 1995

REIS, José Carlos. **Tempo, história e evasão**. Campinas: Papyrus, 1994.

SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TARKOVSKI. **Esculpir o tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto”. IN: **Projeto metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.